

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A NECESSIDADE DE PÔR FIM AO BLOQUEIO ECONÓMICO, COMERCIAL E FINANCEIRO IMPOSTO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA A CUBA, INCLUINDO A APLICAÇÃO DA CHAMADA LEI HELMS-BURTON**

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na cidade de La Antigua Guatemala, Guatemala, por ocasião da XXVI Cúpula Ibero-Americana:

Considerando as referências a este tema nas declarações de anteriores Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, e reconhecendo o valor da reafirmação e da atualização do conteúdo dos Comunicados Especiais adotados nas Cúpulas de Salamanca, Montevideo, Santiago do Chile, São Salvador, Estoril, Mar del Plata, Assunção, Cádiz, Panamá, Veracruz e Cartagena das Índias;

Reiteram a mais enérgica rejeição à aplicação de leis e medidas contrárias aos princípios e normas do Direito Internacional, como a Lei Helms-Burton, e apelam ao Governo dos Estados Unidos da América a pôr termo à sua aplicação;

Recordando que, desde 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou, em 27 resoluções, a necessidade de pôr termo ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América contra Cuba.

Reiteram a sua rejeição à aplicação de medidas coercivas unilaterais que são contrárias à Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional, lamentando o reforço do bloqueio unilateral imposto contra Cuba pelos Estados Unidos da América a partir de 16 de junho de 2017, em contraste com as medidas adotadas em 2015 e 2016 pelo então governo dos Estados Unidos para modificar alguns aspetos da sua aplicação.

Reiteram assim a sua preocupação e rejeição ao recrudescimento da dimensão extraterritorial do bloqueio, bem como à crescente perseguição das transações financeiras internacionais de Cuba, o que é contrário à vontade política da comunidade internacional;

Solicitam ao Governo dos Estados Unidos da América que cumpra o disposto em 27 resoluções sucessivas adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, destacando o apoio de 189 dos Estados Membros das Nações Unidas à mais recente Resolução A/RES/73/8, aprovada em 1 de novembro de 2018, para que se ponha termo ao bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba, bem como aos seus efeitos negativos e consequências humanitárias sobre a população cubana e aos nacionais de Cuba residentes noutros países.